



JORNAL da REPÚBLICA

\$ 0.15

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA:

Deliberação Nº 410/2025/CFP

Sobre as Condições Gerais da ELTA 1582

DELIBERAÇÃO Nº 410/2025/CFP

SOBRE AS CONDIÇÕES GERAIS DA ELTA

Considerando as prioridades da CFP definidas no Plano de Reforma da Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública, em que a adesão para a ASEAN é uma das componentes a contribuir.

Considerando a 46ª Cimeira da ASEAN, realizada em 28 de maio de 2025, em Kuala Lumpur/Malásia, onde foi anunciada que Timor-Leste irá aderir como membro permanente da ASEAN na próxima Cimeira, em outubro do corrente ano, em Kuala Lumpur.

Considerando que mais de centenas de encontros, workshop e outro fórum são realizados anualmente, os quais exigem a preparação de recursos humanos em setores vitais de forma a garantir a participação efetiva de Timor-Leste na qualidade de membro permanente.

Considerando os comentários, sugestões e pontos essenciais anotados nas reuniões entre a CFP e MNEC, bem como PROSIVO e os técnicos das instituições em prol de implementação da formação de língua inglesa para os funcionários das instituições públicas do Estado.

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a referida Comissão;

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, decide:

Determinar os seguintes termos e condições a serem observados no âmbito da realização da formação de língua Inglesa sob o program ELTAA, são os subseqüentes:

1. A formação de língua inglesa através do program ELTAA abrange prioritariamente aos pontos focais das instituições que integram grupo de apoio da adesão de Timor-Leste para a ASEAN;
2. Fazem parte ainda nesta formação os dirigentes dos cargos de direção e chefia das instituições da Administração Pública;
3. Os participantes devem ser funcionário permanente e agente da Administração Pública cujo período de contrato mínimo é de um ano;
4. Caso se trata de participantes fora dos indicados no número anterior, deve apresentar justificação e aprovação devidamente pelo membro do Governo;
5. Os participantes das respetivas instituições, quer Ministérios e Secretarias de Estado, quer instituições da Administração Indireta, devem obter a aprovação pelos membros do Governo de tutela e devem participar no *placement test*;
6. Os participantes da formação devem ser registados e atualizados no sistema de dados com base no despacho do Presidente da Comissão da Função Pública;
7. Os participantes nomeados para a formação são obrigados a participar ativa e continuamente até a conclusão do curso.
8. Promove a participação feminina nessa formação, como a reserva de vagas para mulheres em candidatura de modo a estimular a sua candidatura.
9. A lista de participantes é circulada pela CFP às instituições para dispensar os funcionários dos respetivos trabalhos pelo período necessário conforme o horário para participar ativamente na formação.
10. A participação ativa de funcionários na formação é plenamente prioritária, sendo comunicada semanalmente pela CFP às instituições as informações sobre a participação dos mesmos na formação;

11. Celebrar o contrato de adesão com os participantes de forma a garantir o atingimento do objetivo da formação;
12. Os participantes da formação que completam todos os requisitos e condições de formação recebem um certificado que conta para todos os efeitos do desenvolvimento da carreira;
13. A ausência de participantes na formação será considerada como falta, sendo processado todos os efeitos, como desconto salarial e antiguidade de serviço, bem como processo disciplinar, nos termos da lei.

Publique-se,

Dili, 26 de agosto de 2025

Agostinho Letêncio de Deus
Presidente da CFP

Fausto Freitas da Silva
Comissário da CFP

José Telo Soares Cristóvão
Comissário da CFP

Agapito da Conceição
Comissário da CFP

Anita Tavares Ribeiro de Jesus
Comissária da CFP